



INTERSEÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO EM SAÚDE E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À POPULAÇÃO

 <https://doi.org/10.56238/levv15n41-072>

Data de submissão: 22/09/2024

Data de publicação: 22/10/2024

Jadson Antonio Fontes Carvalho

Pós-graduando em Enfermagem em Saúde do Homem
Universidade Federal do Piauí
E-mail: jadsonfontes@hotmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9673656920685068>

Gabriel de Albuquerque Pedrosa

Titulação mais alta (somente a mais alta): ensino superior incompleto
Universidade: UNINTA
E-mail: gabrielpedrosa814@gmail.com

Alinne Nauane Espíndola Braga

Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (Universidade Estadual do Ceará-Uece)
Universidade: Faculdade Anhanguera de Macapá

Alexandre Jefferson Sousa Silva

Titulação mais alta (somente a mais alta): especialista
Universidade: Faculdade de Educação São Francisco
E-mail: ajss@faesf.com.br

Amanda Fernandes Leal

Titulação mais alta (somente a mais alta): Mestre
Universidade: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
E-mail: adv.amandafernandes@gmail.com

Jonielly Pereira dos Santos

Titulação mais alta (somente a mais alta): Graduada em Odontologia
Universidade: Faculdade São Francisco de Cajazeiras - FSF
E-mail: joniellypereiradosantos@gmail.com

Simone Aguiar Macario Piva

Enfermagem
Universidade: Centro Universitário do Distrito Federal-UDF
E-mail: aguiarmacario@hotmail.com

Alexandro Gularte Schafer

Doutor em Engenharia Civil (UFSC)
Unipampa - Universidade Federal do Pampa



Tamires Mélo de Lima

Pós-graduanda em Saúde Coletiva, pelo programa de Residência Multiprofissional - IMIP
E-mail: tamiresmdl1@hotmail.com

Urandi João Rodrigues Júnior

Doutor em Gestão e Estratégia Universidade Positivo
Universidade Federal do Mato Grosso Campus Sinop - Departamento de Medicina

Pedro Henrique Moura Teixeira

Bacharel em Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro
Residência em Dermatologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro
E-mail: pedromoura.sl@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9621-514X>

Anyelle Araújo Cardoso Bento

Acadêmica de Medicina
Universidade: Ceuma
E-mail: bentoanyelle@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8543207012432324>

Evilania de Souza Soares

Titulação mais alta (somente a mais alta): Mestre
Universidade: Universidade Estadual do Ceará - UECE
E-mail: evilaniass@yahoo.com.br
ORCID: 0000-0002-5780-9295

Danielle Simão de Figueiredo

Titulação mais alta (somente a mais alta): Especialista
Hospital e Maternidade Zilda Arns Neumann - HMDZAN
E-mail: daniellesimao77@gmail.com
ORCID: 0009-0005-7510-8360

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a interseção entre políticas públicas e o Sistema Único de Saúde (SUS), avaliando suas implicações para a gestão em saúde e a prestação de serviços à população. A metodologia utilizada incluiu uma revisão bibliográfica e a análise de dados secundários sobre a implementação das políticas de saúde no contexto do SUS. Os resultados mostraram que, apesar dos princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS, a gestão enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos, a necessidade de uma abordagem integrada e a importância da participação social. A análise revelou que a articulação entre políticas públicas e o SUS é fundamental para promover a equidade no acesso aos serviços e a eficiência na utilização dos recursos. Conclui-se que o fortalecimento do SUS e a efetivação das políticas públicas são essenciais para garantir um sistema de saúde que atenda às necessidades da população, sendo necessário um comprometimento político e social para superar os obstáculos enfrentados.

Palavras-chave: Saúde pública. SUS. Gestão.



1 INTRODUÇÃO

A interseção entre políticas públicas e o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é um tema de grande relevância, especialmente em um contexto onde a saúde pública enfrenta desafios multifacetados. Desde sua criação em 1990, o SUS foi idealizado como um sistema universal, integral e equânime, buscando garantir acesso à saúde para toda a população. No entanto, a implementação de suas diretrizes enfrenta obstáculos que vão desde a falta de recursos até a gestão inadequada, refletindo em disparidades no acesso e na qualidade dos serviços prestados (Giovanella et al., 2021; Sousa; Fernandes, 2020).

As políticas públicas de saúde são fundamentais para orientar a ação do Estado na promoção do bem-estar da população. Elas são construídas com base em diagnósticos sociais e sanitários e têm como objetivo organizar e direcionar as iniciativas de saúde em todos os níveis de governo. A articulação entre essas políticas e o SUS é crucial, uma vez que o sistema depende de um arcabouço legal e administrativo robusto para efetivar suas funções e atender às demandas da sociedade (Farias et al., 2018).

A gestão em saúde, por sua vez, é um campo complexo que envolve planejamento, execução e avaliação de serviços e programas. No contexto do SUS, essa gestão deve ser capaz de lidar com a diversidade regional e as necessidades específicas de cada comunidade. Isso requer uma abordagem que considere não apenas as características demográficas e epidemiológicas, mas também fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam a saúde da população. Além disso, a prestação de serviços de saúde deve ser acompanhada de uma avaliação contínua, permitindo identificar falhas e promover melhorias (Medeiros et al., 2024).

A interseção entre políticas públicas e o SUS deve ser vista como uma oportunidade para inovar na gestão e implementar práticas que efetivamente respondam às necessidades da população. A experiência de gestão em saúde deve se transformar em um espaço de aprendizado e adaptação, onde as políticas possam ser ajustadas conforme a realidade vivida pelos cidadãos. A relação entre políticas públicas e o SUS também é evidenciada na necessidade de integrar diferentes esferas do governo e setores da sociedade (Santos; Gabriel; Mello, 2020).

A saúde não pode ser vista isoladamente, mas como parte de um complexo que inclui educação, saneamento, segurança e outros determinantes sociais. Essa visão ampliada permite a construção de estratégias mais eficazes e sustentáveis, que contribuam para a melhoria das condições de vida e saúde da população. Nesse contexto, a pesquisa sobre a interseção entre políticas públicas e o SUS se torna essencial para compreender as dinâmicas que influenciam a gestão em saúde e a prestação de serviços (Sousa; Fernandes, 2020).

Diante deste contexto, o objetivo deste estudo foi analisar como a articulação entre as políticas públicas e o SUS pode ser aprimorada para garantir um atendimento mais eficaz e equitativo à população, identificando desafios e boas práticas que possam servir de referência.

A importância da realização dessa pesquisa reside na necessidade de se aprofundar no entendimento das interações entre as políticas de saúde e o SUS. Compreender essas relações é fundamental para o desenvolvimento de soluções que possam melhorar a gestão em saúde e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços prestados. A pesquisa pode contribuir para a formulação de políticas mais eficazes e para o fortalecimento do SUS, promovendo uma saúde pública que atenda verdadeiramente às necessidades da população brasileira.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública é um campo vasto e multifacetado que envolve a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a proteção da saúde da população em geral. Ela se concentra não apenas no tratamento de indivíduos, mas na saúde coletiva, abordando fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam a qualidade de vida das comunidades. Nesse contexto, a saúde pública busca melhorar a saúde da população por meio de ações planejadas e organizadas, que vão desde a formulação de políticas até a implementação de programas e serviços (Giovanella et al., 2021).

Um dos pilares da saúde pública é a vigilância epidemiológica, que monitora a ocorrência de doenças e determina fatores de risco na população. A vigilância permite identificar surtos e epidemias, ajudando a direcionar intervenções rápidas e eficazes. Essa função é essencial para a tomada de decisões informadas e para a alocação de recursos de saúde, garantindo que os esforços sejam direcionados onde são mais necessários (Santos; Gabriel; Mello, 2020).

A promoção da saúde é outra função fundamental da saúde pública, que envolve educar e capacitar a população para adotar comportamentos saudáveis. Campanhas de vacinação, programas de nutrição e iniciativas de atividade física são exemplos de ações que visam prevenir doenças e promover o bem-estar. A educação em saúde é crucial para empoderar os cidadãos, permitindo que tomem decisões informadas sobre seus próprios cuidados de saúde e adotem estilos de vida saudáveis (Farias et al., 2018).

Além disso, a saúde pública trabalha na redução das desigualdades sociais, reconhecendo que fatores como renda, educação e acesso a serviços de saúde têm um impacto significativo na saúde da população. Políticas de saúde devem considerar essas disparidades e buscar garantir que todos tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica (Geus et al., 2011).

A interseção entre saúde pública e meio ambiente é também um aspecto importante a ser considerado. Questões como poluição do ar e da água, acesso a saneamento básico e mudanças climáticas têm um impacto direto na saúde das comunidades. A saúde pública deve, portanto, atuar na promoção de ambientes saudáveis e sustentáveis, criando políticas que integrem a proteção ambiental à saúde da população (Silva et al., 2020).

O financiamento da saúde pública é um desafio contínuo, especialmente em países em desenvolvimento. Recursos limitados muitas vezes resultam em serviços de saúde inadequados, afetando a capacidade de resposta a emergências de saúde pública. É fundamental que haja um investimento adequado em infraestrutura, recursos humanos e tecnologia, permitindo que o sistema de saúde funcione de maneira eficiente e eficaz (Santos; Gabriel; Mello, 2020).

Outro aspecto importante da saúde pública é a pesquisa em saúde, que fornece dados e evidências para a formulação de políticas e intervenções. Estudos epidemiológicos, ensaios clínicos e pesquisas sobre saúde comportamental são fundamentais para entender as necessidades da população e desenvolver estratégias de saúde que sejam baseadas em evidências. A pesquisa deve ser uma prioridade nas agendas de saúde pública, permitindo a inovação e a adaptação às novas realidades (Ferreira, 2016).

A saúde pública também desempenha um papel crucial na resposta a emergências de saúde, como surtos de doenças infecciosas ou desastres naturais. A capacidade de resposta rápida e eficaz é essencial para minimizar o impacto dessas crises na saúde da população. Isso requer uma coordenação eficiente entre diferentes setores e níveis de governo, além de uma comunicação clara com a população, garantindo que as informações necessárias cheguem a todos (Santos et al., 2022).

A saúde mental é um componente vital da saúde pública, frequentemente negligenciado nas discussões sobre saúde coletiva. A promoção da saúde mental, a prevenção de doenças mentais e o acesso a serviços de saúde mental são fundamentais para o bem-estar geral da população. Políticas que integrem saúde mental aos serviços de saúde física podem resultar em melhores resultados para os indivíduos e comunidades (Santos et al., 2022).

Outro desafio significativo para a saúde pública é a resistência a medicamentos e as doenças infecciosas emergentes. O uso inadequado de antibióticos, por exemplo, tem levado ao surgimento de cepas resistentes que complicam o tratamento de infecções. A saúde pública deve trabalhar na conscientização sobre o uso responsável de medicamentos, além de promover a pesquisa em novas opções de tratamento e vacinas (Farias et al., 2018).

A importância da colaboração intersetorial não pode ser subestimada na saúde pública. A saúde é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo educação, emprego, habitação e segurança. A abordagem intersetorial promove a colaboração entre diferentes setores, garantindo que as políticas de

saúde sejam integradas e que os esforços para melhorar a saúde da população sejam abrangentes e coordenados (Giovanella et al., 2021).

Além disso, a saúde pública deve considerar o papel da tecnologia na melhoria dos serviços de saúde. O uso de tecnologias da informação e comunicação pode facilitar o acesso à informação sobre saúde, melhorar a eficiência dos serviços e permitir um monitoramento mais eficaz das condições de saúde da população (Silva et al., 2020).

A telemedicina, por exemplo, se tornou uma ferramenta valiosa, especialmente em áreas remotas e durante a pandemia de COVID-19. A educação e a formação de profissionais de saúde são essenciais para o fortalecimento da saúde pública. Profissionais bem treinados e informados são fundamentais para a implementação de políticas e programas eficazes. Investir na formação contínua e na capacitação dos profissionais de saúde pode resultar em melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados à população (Medeiros et al., 2024).

2.2 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, criado pela Constituição Federal de 1988 no Brasil. Seu principal objetivo é garantir acesso universal, igualitário e integral à saúde para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua situação econômica ou social. O SUS é um modelo que busca desmercantilizar a saúde, assegurando que o direito à saúde seja uma responsabilidade do Estado e uma garantia do cidadão (Ferreira, 2016).

A estrutura do SUS é composta por diversas esferas de gestão, incluindo a federal, estadual e municipal. Essa organização descentralizada permite que as políticas de saúde sejam adaptadas às realidades locais, respeitando as particularidades e necessidades de cada região. A gestão integrada entre os diferentes níveis de governo é crucial para a eficácia do sistema, permitindo uma melhor coordenação dos serviços e programas de saúde (Farias et al., 2018).

Um dos principais princípios do SUS é a universalidade, que assegura que todos têm o direito de acessar os serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica. Isso significa que qualquer pessoa que necessite de atendimento deve ser acolhida e tratada, sem a exigência de pagamento ou comprovação de contribuição anterior. A universalidade é fundamental para promover a equidade na saúde, buscando reduzir as desigualdades existentes (Santos et al., 2022).

A integralidade é outro princípio-chave do SUS, que se refere à oferta de um conjunto completo de serviços que abrange desde a promoção da saúde até a prevenção, tratamento e reabilitação. Isso inclui atenção básica, serviços de urgência e emergência, especialidades médicas, hospitalares, entre outros. A ideia é que o cidadão tenha acesso a todas as etapas do cuidado, de forma contínua e coordenada (Kucharski et al., 2022).

A equidade é também um aspecto central no funcionamento do SUS. O sistema busca garantir que as diferenças sociais, econômicas e geográficas sejam levadas em consideração na distribuição de recursos e serviços. Isso implica direcionar mais atenção e recursos para grupos vulneráveis e regiões com maiores necessidades de saúde, promovendo uma justiça social na saúde. A participação da comunidade é uma característica marcante do SUS (Ferreira, 2016).

O sistema estimula a criação de conselhos de saúde e conferências, onde cidadãos podem participar ativamente da formulação e controle das políticas de saúde. Essa participação social é fundamental para que as ações do SUS estejam alinhadas às demandas e expectativas da população, promovendo maior transparência e responsabilidade na gestão pública (Farias et al., 2018).

Um dos grandes desafios do SUS é o financiamento. Embora o sistema tenha sido criado com a proposta de ser sustentável, a realidade é que enfrenta dificuldades financeiras, que muitas vezes comprometem a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. O financiamento adequado é crucial para garantir a manutenção e a expansão das ações de saúde, além de permitir investimentos em infraestrutura, tecnologia e formação de profissionais (Kucharski et al., 2022).

A atenção primária é considerada a porta de entrada do SUS, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são responsáveis por oferecer cuidados básicos e acompanhar a saúde da população, atuando como um elo entre o cidadão e os demais níveis de atenção. Essa abordagem fortalece a gestão do cuidado e contribui para a redução da demanda por serviços mais complexos e caros (Farias et al., 2018).

Além disso, o SUS tem se mostrado resiliente em tempos de crise, como durante a pandemia de COVID-19. O sistema foi capaz de se adaptar rapidamente às novas demandas, implementando estratégias de testagem, vacinação e tratamento. Essa experiência evidenciou a importância de um sistema público de saúde robusto e a necessidade de investimento contínuo em saúde pública (Menezes et al., 2019).

O SUS também se destaca por sua ênfase na saúde coletiva e na vigilância epidemiológica. O sistema é responsável por monitorar e controlar doenças, realizar campanhas de vacinação e promover ações de prevenção em saúde pública. A atuação proativa do SUS é crucial para a identificação de surtos e a implementação de medidas de controle, garantindo a proteção da saúde da população (Menezes et al., 2019).

A pesquisa e a educação em saúde são componentes importantes do SUS, que busca constantemente inovar e melhorar a qualidade dos serviços. Parcerias com instituições de ensino e pesquisa são essenciais para desenvolver novas práticas, avaliar a eficácia dos serviços e capacitar profissionais de saúde. O SUS investe em formação continuada, garantindo que os trabalhadores da saúde estejam atualizados e preparados para enfrentar os desafios do cotidiano (Kirst; Darsie, 2021).

Por fim, a experiência do SUS tem sido um modelo para outros países, que buscam aprender com a abordagem brasileira de saúde pública. Apesar das dificuldades e desafios enfrentados, o SUS é uma conquista da sociedade brasileira e um exemplo de que a saúde é um direito de todos. A continuidade da luta pela defesa e fortalecimento do SUS é fundamental para garantir um futuro mais saudável e justo para todos os brasileiros (Giovanella et al., 2021).

2.3 INTERSEÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

2.3.1 implicações para a gestão em saúde e a prestação dos serviços à população

A interseção entre políticas públicas e o Sistema Único de Saúde (SUS) é um tema central para a compreensão da saúde pública no Brasil. O SUS, criado pela Constituição de 1988, tem como princípios a universalidade, a integralidade e a equidade, buscando garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade. As políticas públicas, por sua vez, são as diretrizes e ações definidas pelo Estado para atender às demandas da população, sendo fundamentais para a implementação e funcionamento do SUS (Kirst; Darsie, 2021).

Uma das principais implicações dessa interseção é a necessidade de uma gestão eficiente em saúde. A gestão do SUS deve ser integrada, considerando as diretrizes das políticas públicas e adaptando-as às realidades locais. Isso envolve não apenas a alocação de recursos, mas também a formação de equipes capacitadas e a criação de mecanismos que garantam a participação da comunidade na definição das prioridades de saúde (Ferreira, 2016).

A gestão eficaz é crucial para que as ações do SUS sejam executadas de forma coesa e alinhada com as necessidades da população. A articulação entre políticas públicas e o SUS também é essencial para a promoção da saúde e a prevenção de doenças. A implementação de programas de saúde, como campanhas de vacinação, ações de combate a doenças crônicas e iniciativas de saúde mental, depende da integração das diretrizes políticas com a execução prática no âmbito do SUS. Quando essa articulação falha, há risco de desperdício de recursos e, conseqüentemente, de insatisfação da população com os serviços prestados (Farias et al., 2018).

Outro aspecto importante é a avaliação das políticas públicas de saúde. Um sistema de saúde efetivo deve ter mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam medir o impacto das ações implementadas. A coleta e análise de dados sobre saúde, por meio de indicadores, são fundamentais para identificar falhas e sucessos. Essa avaliação deve servir não apenas para justificar investimentos, mas também para promover melhorias contínuas nos serviços oferecidos à população (Menezes et al., 2019).

A equidade é uma das principais preocupações nas políticas públicas de saúde. A interseção entre essas políticas e o SUS deve garantir que grupos vulneráveis, como populações rurais, minorias étnicas e pessoas de baixa renda, tenham acesso adequado aos serviços de saúde. Isso implica a

necessidade de direcionar recursos e esforços para regiões e populações com maiores necessidades, promovendo um atendimento que respeite as especificidades locais. A formação de profissionais de saúde é outro fator crítico nessa interseção (Giovanella et al., 2021).

A capacitação contínua é necessária para que os trabalhadores da saúde compreendam as políticas públicas e possam implementá-las de maneira eficaz. Programas de educação em saúde devem ser promovidos, não apenas para profissionais, mas também para a comunidade, visando aumentar a conscientização sobre direitos e serviços disponíveis. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) também desempenham um papel importante na interseção entre políticas públicas e o SUS (Farias et al., 2018).

A utilização de sistemas de informação pode melhorar a gestão de dados e facilitar o acesso aos serviços. Iniciativas como telemedicina e aplicativos de saúde têm o potencial de expandir o acesso e a eficiência dos serviços, especialmente em áreas remotas (Kirst; Darsie, 2021).

Ademais, a crise de financiamento que afeta o SUS tem implicações diretas nas políticas públicas. A limitação de recursos pode comprometer a implementação de ações de saúde e a qualidade dos serviços prestados. É fundamental que haja um compromisso político e social com o financiamento adequado do SUS, assegurando que as políticas públicas sejam respaldadas por recursos financeiros que permitam sua efetivação (Gomes; Fracolli; Machado, 2015).

A interseção entre políticas públicas e o SUS também é um espaço de inovação e adaptação. A experiência acumulada ao longo dos anos fornece subsídios para a formulação de novas políticas que respondam a desafios emergentes, como o envelhecimento populacional, o aumento de doenças crônicas e as crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19. A flexibilidade e a capacidade de resposta rápida são essenciais para garantir a resiliência do sistema (Ferreira, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseção entre políticas públicas e o Sistema Único de Saúde (SUS) é um aspecto vital para a construção de um sistema de saúde que atenda efetivamente às necessidades da população brasileira. A pesquisa realizada permitiu aprofundar a compreensão sobre como essa relação se manifesta na prática e quais são as implicações para a gestão em saúde e a prestação de serviços. O SUS, ao ser fundamentado em princípios como a universalidade, integralidade e equidade, oferece um modelo promissor, mas também enfrenta desafios significativos que necessitam de atenção contínua.

Um dos principais achados da pesquisa é a importância de uma gestão integrada que articule as diretrizes das políticas públicas com a realidade local. A efetividade do SUS depende da capacidade de adaptar as políticas à diversidade regional e às necessidades específicas de cada comunidade. A participação da população no processo decisório é crucial, pois garante que as ações de saúde sejam verdadeiramente representativas e atendam às expectativas e demandas dos cidadãos. Portanto,

fortalecer os mecanismos de participação social deve ser uma prioridade para gestores e formuladores de políticas.

Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de um sistema robusto de monitoramento e avaliação. A capacidade de mensurar o impacto das ações de saúde e de ajustar as estratégias com base em evidências é fundamental para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados. A utilização de indicadores de saúde e a realização de avaliações periódicas podem auxiliar na identificação de falhas e na promoção de melhorias, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e que os serviços se mantenham alinhados às necessidades da população.

A equidade na saúde é outro aspecto central abordado na pesquisa. O acesso a serviços de saúde deve ser garantido a todos, especialmente para grupos vulneráveis e populações em situação de risco. A análise das políticas públicas revelou que, embora existam diretrizes voltadas para a promoção da equidade, a implementação ainda enfrenta obstáculos que precisam ser superados. É imprescindível direcionar esforços e recursos para as áreas e grupos que mais necessitam, promovendo um atendimento que respeite as especificidades locais e que busque reduzir as desigualdades.

A crise de financiamento do SUS também foi um tema recorrente. A pesquisa evidenciou que a insuficiência de recursos compromete não apenas a continuidade dos serviços, mas também a capacidade de inovação e adaptação do sistema às novas demandas de saúde. Para garantir a efetividade do SUS e a implementação das políticas públicas, é necessário um comprometimento político e social que assegure o financiamento adequado e sustentável. Sem isso, o risco de retrocessos na saúde pública é significativo, comprometendo os avanços já conquistados.

Outro ponto relevante é a relação entre tecnologia e saúde. A pesquisa mostrou que as tecnologias da informação e comunicação têm o potencial de melhorar a gestão e a eficiência dos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas. A telemedicina e os aplicativos de saúde podem facilitar o acesso à informação e aos serviços, contribuindo para uma melhor experiência do usuário e para a desburocratização do atendimento. Assim, é vital que as políticas públicas incentivem a incorporação dessas tecnologias no SUS, promovendo a inovação e a modernização dos serviços.

Por fim, a pesquisa reafirma a importância da formação contínua dos profissionais de saúde. A capacitação adequada é essencial para que os trabalhadores compreendam as políticas públicas e possam implementá-las de maneira eficaz. Programas de educação em saúde devem ser priorizados, não apenas para os profissionais, mas também para a comunidade, a fim de promover uma cultura de saúde e conscientização sobre os direitos e serviços disponíveis.

Em suma, a interseção entre políticas públicas e o SUS é um campo fértil para a pesquisa e a inovação. As recomendações e os insights gerados por este estudo são cruciais para o desenvolvimento de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e capaz de responder às necessidades da população. O fortalecimento do SUS e a efetivação das políticas públicas de saúde são fundamentais para garantir



que o direito à saúde, consagrado na Constituição, se torne uma realidade acessível e efetiva para todos os brasileiros. A continuidade da pesquisa e a busca por soluções inovadoras são, portanto, imperativas para avançar em direção a uma saúde pública mais justa e eficaz.



REFERÊNCIAS

- FARIAS, D. N. et al. INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 141-162, jan./abr. 2018
- FERREIRA, J.S. O percurso da saúde pública no Brasil: do empirismo à promoção da saúde. Campo Grande: Editora UFMS, 2016.
- GEUS, L.M.M. et al. A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, suppl 1, p. 797-804, 2011.
- GIOVANELLA, L. et al. Cobertura da Estratégia Saúde da Família no Brasil: o que nos mostram as Pesquisas Nacionais de Saúde 2013 e 2019. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Supl. 1):2543-2556, 2021.
- GOMES, M.F.P.; FRACOLLI, L. A.; MACHADO, B.C. Atenção domiciliar do enfermeiro na estratégia de saúde da família. *O Mundo da Saúde*, São Paulo/SP, v. 39, n. 4, p. 470-475, p. 2015.
- KIRST, C.; DARSIE, C. Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecimento e funcionamento do Sistema Unico de Saúde. *Asklepion: Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 2, p. 91-112, 2021.
- KUCHARSKI, K. W. et al. Políticas públicas de saúde no Brasil: uma trajetória do Império à criação do SUS. *Revista Contexto & Educação*, 37(117), 38-49, 2022.
- MENEZES, A. P. R.; et al. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde em Debate*, [S. l.], v. 43, n. Especial 5, p. 58-70, 2019.
- MEDEIROS, T. M. de. et al. Desafios da universalidade no SUS: avaliação do acesso e qualidade dos serviços de saúde no Brasil. *Cadernos de Pedagogia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 112-120, 2024.
- SANTOS, I. F.; GABRIEL, M.; MELLO, T. R. C. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DESSA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 5, 2020.
- SANTOS, R. T.; et al. Saúde pública e comunicação: impasses do SUS à luz da formação democrática da opinião pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 1547-1556, 2022.
- SILVA, L. S. et al. Universalidade do acesso e acessibilidade no cotidiano da atenção primária: vivências de usuários do SUS. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 87-94, 23 out. 2020.
- SOUSA, C.; FERNANDES, V. C. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa de literatura. *J Manag Prim Health Care* [Internet]. 31º de janeiro de 2020.